

Estado deve contratar 400 leitos para atender a RMC, revela Dirceu Dalben

Edimarcio A. Monteiro
Manuel Alves Filho
edimarcio.augusto@rnc.com.br

A solução para a escassez de leitos destinados a pacientes que demandam tratamentos de média complexidade está prestes a ser concretizada por meio da alocação de 400 leitos ociosos, tanto na rede pública quanto na privada, pelo governo estadual. "Estou muito confiante de que, até o encerramento deste ano, teremos uma solução efetiva para as questões relacionadas à saúde", afirmou o deputado estadual Dirceu Dalben (Cidadania), que recentemente abordou o tema em uma discussão com o secretário estadual de Saúde, Eleusens Paiva. Essa declaração foi feita durante uma entrevista concedida a convite do presidente-executivo do **Correio Popular**, Italo Hamilton Barioni.

Segundo o parlamentar, a estratégia mais ágil para aliviar a sobrecarga do Hospital de Clínicas da Unicamp é a contratação de leitos ociosos, possibilitando que a instituição retome seu foco original: o atendimento de alta complexidade. Embora o deputado não descarte a construção do Hospital Regional, ressalta que essa empreitada demandaria até quatro anos. No momento, a prioridade é assegurar o acesso ao tratamento para a população.

Dalben se prepara para enfrentar mais um desafio político ao se lançar como pré-candidato a prefeito de Paulínia. Durante a discussão de suas propostas para a cidade, ele destaca a convicção de que o município possui potencial para se destacar mundialmente. Essa análise é respaldada por sua sólida experiência de 30 anos na esfera política, incluindo três mandatos como vereador em Sumaré (1993, 2013 e 2017), duas vezes eleito prefeito da cidade (1997 e 2004), presidência do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (2003 e 2004) e atualmente cumprindo seu segundo mandato como deputado estadual.

Poderia compartilhar um pouco sobre sua história?

Nasci em Campinas, assim como meus pais. Minha mãe, dona Dirce Pinto Dalben, e meu pai, Luiz Dalben, cujo nome também foi dado ao meu filho. Os avós dos meus pais eram italianos e estabeleceram residência às margens do que hoje conhecemos como Rodovia Dom Pedro I. Meu pai, o filho mais novo, casou-se e deu origem ao meu irmão mais velho. Em certo momento, devido a problemas de saúde, relacionados à chamada "fogo selvagem" na época (uma espécie de dermatite) os médicos aconselharam meus pais a deixarem a propriedade rural. Eles suspeitavam que algum produto agrícola pudesse estar agravando a condição do bebê. Assim, meu pai vendeu sua parte para os irmãos e mudou-se com a família para o bairro do Taquaral. Ele trabalhava em uma fábrica de fogões e sofreu um acidente com um botijão de gás, falecendo aos 36 anos, quando eu tinha apenas 1 ano de idade. Consequentemente, não tive a oportunidade de conhecer meu pai. Minha mãe ficou viúva, com três filhos pequenos e grávida do caçula. Ela optou por alugar casas no Taquaral, que ofereciam um aluguel mais vantajoso, e transferiu-se para o Jardim São Marcos. Realizei meus estudos primários na Escola 31 de Março, no bairro de Santa Mônica. Nessa fase, minha mãe começou a vender roupas, adquiridas em São Paulo, revendendo-as aqui. Eu, por minha vez, comercializava nas ruas do São Marcos as verduras cultivadas em nosso quintal. A medida que cresci, trabalhei na colheita de algodão em uma fazenda, onde hoje está localizada a Censa. Quando me tornei rapazinho, passei a trabalhar em uma farmácia do bairro, onde fazia de tudo.

Foi aí que o senhor descobriu seu interesse pela farmácia?

Quando completei 17 anos, minha mãe, visando ajudar meus irmãos, tomou a decisão de vender as propriedades e destinar o dinheiro a eles para que pudessem começar suas vidas. Como havia dois menores, eu e minha irmã, o juiz determinou que o dinheiro destinado a nós fosse depositado em uma poupança. Nessa época, surgiu a oportunidade de adquirir uma casa por parte do Luiz, meu pai na época. Ele alegou não ter recursos para a compra e indicou-me como possível interessado. O valor era de 700 mil cruzeiros, montante que eu havia recebido como herança. O juiz autorizou o uso desse dinheiro para a compra da casa. Na ocasião, Luiz comentou sobre meu potencial empreendedor e visão de negócios. Três meses após a aquisição, vendi a propriedade por 1,4 milhão. O gerente do vizinho dessa casa mostrou interesse e ofereceu 1 milhão, pois desejava residir próximo ao sogro. Paralelamente, meu pai estava vendendo a farmácia para estabelecer uma nova no São Marcos, bairro vizinho. Ele propôs que eu me tornasse sócio na transação, autorizando a venda da casa por 1,4 milhão e concedendo-me a escritura de emancipação. Assim, tornei-me sócio na farmácia, adquiri um Fusquinha 1300L seminovo e ainda reservei dinheiro para depositar na poupança. Permaneci como sócio por aproximadamente um ano, vendendo então minha parte para ele. Decidi abrir minha própria farmácia no Matão, em Sumaré. Muitos residentes de Santa Mônica e São Marcos compraram terrenos quando abriram o loteamento no Matão, frequentando meu estabelecimento para suas sessões. Luiz, meu ex-pai, sugeriu que eu montasse a farmácia lá, e assim surgiu minha empreitada. Deu-me abençoado abundantemente, permitindo-me ganhar dinheiro, conhecer minha esposa (pois o pai dela tinha uma loja de



O deputado estadual Dirceu Dalben defende que a prioridade é assegurar o acesso ao tratamento para a população, mas não descarta construção de novo hospital

ENTREVISTA

Dalben revela que Estado aloca 400 leitos à RMC

Para o deputado estadual, esta é a solução para aliviar HC da Unicamp



O deputado estadual Dirceu Dalben concedeu entrevista exclusiva ao Correio Popular, a convite do presidente-executivo do jornal, Italo Hamilton Barioni

material de construção nas proximidades), e construir minha casa nos fundos da farmácia. Residi no bairro por 38 anos.

Seu contato tão próximo com a comunidade foi o que o inspirou a ingressar na política? Imagine que, no balcão da farmácia, você ouviu muitas histórias e atendeu a diversas demandas da população.

Quando me mudei para o Matão, não tínhamos asfalto, rede de esgoto ou água encanada. O transporte se resumia a um ônibus para Campinas pela manhã e outro à tarde. Já casado e morando lá, com o nascimento dos filhos, enfrentamos muitos desafios. Uma frase da minha esposa ficou gravada em minha memória. Ela disse: "Ou a gente trabalha para mudar o Matão ou a gente se muda daqui". Nesse período, meu sogro era vereador. Eu também me candidatei e fui eleito vereador, posteriormente tornando-me prefeito como proprietário de farmácia. Foi o primeiro prefeito a alcançar a reeleição. Durante nossa gestão, deixamos Sumaré com uma cobertura de 85% de rede de esgoto, 95% de ruas asfaltadas e um atendimento de saúde com um posto 24 horas. Transformamos o Matão e outros distritos em verdadeiras cidades, com a introdução de agências bancárias e grandes supermercados. Ao lado da minha esposa, cumpro o compromisso de lutar pelo bem da comunidade. Ela desempenhou um papel fundamental,

mesmo não sendo candidata, atuando nos bastidores. Você questionou se foi isso que me levou à política. Em 2016, eu e meu filho participávamos de uma reunião com empresários para apresentá-lo como pré-candidato a prefeito de Sumaré. Ele era jovem, eleito vice aos 22 anos, e se preparava para concorrer à prefeitura aos 25. Durante essa reunião, um senhor expressou surpresa por um pai envolver o filho em algo assim, questionando se não sentia vergonha de colocá-lo nesse cenário. Respondi que a motivação tanto para mim quanto para meu filho na política era cuidar do nosso povo. A política, em si, é uma ferramenta positiva; o problema são as pessoas de bem que evitam ingressar nesse campo, perpetuando a visão negativa. Naquela época, o senhor que havia questionado tornou-se o maior investidor da campanha. Ao final da reunião, pedi desculpas, trocamos um abraço e tornamo-nos amigos, mantendo contato até os dias atuais.

As experiências no Legislativo e no Executivo municipal desempenharam um papel crucial no seu desempenho como deputado estadual?

Sim. Ao vivenciar ambos os lados, aprendi que as questões mais prementes estão nos municípios. Com base nessas experiências, eu e minha equipe buscamos estreitar os laços com os municípios e seus representantes, visando agilizar



Quando me mudei para o Matão, não tínhamos asfalto, esgoto ou água encanada. Já casado e morando lá, com o nascimento dos filhos, enfrentamos muitos desafios. Uma frase da minha esposa ficou gravada em minha memória: 'Ou a gente trabalha para mudar o Matão ou a gente se muda daqui'

o atendimento. Foi assim que surgiu a ideia do gabinete itinerante. Há ocasiões em que precisamos até mesmo elaborar projetos para essas prefeituras. Em uma cidade, por exemplo, tínhamos que construir uma ponte no valor de R\$ 3 milhões, que o Estado se comprometeu a financiar. No entanto, o dinheiro não saía porque o projeto ainda não havia sido licitado, e o prefeito não dispunha de R\$ 300 mil para custear essa etapa. Fomos até o proprietário de uma usina, que precisava da ponte para escoar sua produção. O empresário doou o projeto, e a ponte foi construída.

Como o senhor aborda os desafios enfrentados pela Região Metropolitana de Campinas (RMC)? Uma das principais necessidades é a construção do hospital regional. Como o senhor pretende lidar com essa demanda?

Uma prioridade em discussão é a criação do Hospital Regional, uma vez que precisamos abrir 400 vagas de média complexidade para aliviar a sobrecarga do Hospital de Clínicas da Unicamp. Este último atende não apenas as 90 cidades da Região Administrativa de Campinas, mas também pacientes de outros Estados. Apresentamos um projeto que propõe a construção de um novo hospital no espaço da Unicamp. Contudo, essa iniciativa requer a contrapartida do governo estadual. A proposta inicial contemplava a participação do SUS com 40%, a expectativa era que o Estado de São Paulo contribuisse com outros 40%, enquanto os 20% restantes seriam divididos entre os prefeitos da Região Administrativa. No entanto, surgiram impasses quando o Estado condicionou sua participação a 30%, o que os prefeitos argumentaram não ser viável, considerando a impossibilidade de arcar com 30% das despesas, dadas as obrigações decorrentes do pacto federativo. É importante observar que a responsabilidade dos municípios recai sobre a rede básica de saúde, que já representa um investimento considerável. Assuntos de média e alta complexidade são, por natureza, responsabilidades do Estado e da União. O projeto de construção do hospital está orçado em R\$ 300 milhões, sendo necessário um adicional de R\$ 300 milhões anuais para custeio.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 4 e 5